



## Começa a mobilização pelo envio dos PCS

**O**s trabalhadores do Judiciário e do Ministério Público da União estão se preparando, em todo o País, para a luta pelo envio imediato dos PCS ao Congresso Nacional. Em Brasília, o Sindjus promoverá diversas atividades no TST, TRT, TJDF e na PGR, com distribuição de material e conversas com os colegas sobre a proposta dos PCS, assuntos específicos de cada local de trabalho e sobre a construção de um calendário de paralisações e indicativo de greve para o mês de agosto.

A concentração nos locais de trabalho (veja box) começa ao meio dia e as visitas às 13h. Durante o processo de mobilização, os diretores vão esclarecer dúvidas acerca do anteprojeto encaminhado ao ministro Nelson Jobim, à disposição no nosso site:

[www.sindjusdf.org.br](http://www.sindjusdf.org.br).

O projeto que aumenta o subsídio está na pauta da Câmara e poderá ser votado antes do recesso parlamentar. Conforme o compromisso assumido por Jobim, logo após a aprovação do subsídio, o PCS seria enviado ao Congresso.

Na avaliação da diretoria do Sindjus, se isso não ocorrer antes do recesso parlamentar o ministro Nelson Jobim terá que mudar a estratégia que vinha adotando até o momento e assumir a eficiente fórmula que sempre nos leva a conquistas: aprovar os projetos num mesmo pacote.

O coordenador-geral da Fenajufe e do Sindjus Roberto Policarpo encaminhará, em nome da Federação, uma solicitação de audiência ao presidente do STF, o ministro Nelson Jobim. Policarpo espera que o ministro

receba a Fenajufe ainda esta semana, antes do Congresso iniciar o recesso legislativo.

### Calendário de visitas aos locais de trabalho

#### TST

Dia 5 - terça-feira

#### TRT

Dia 6 – quarta-feira

#### TJ

Dia 7 – quinta-feira

#### PGR

Dia 8 – sexta-feira

### PCS do MPU

## A meta é concluir a proposta nos próximos dias

O Sindjus está trabalhando para concluir, nos próximos dias, a proposta de reestruturação do PCS do Ministério Público Federal, ainda sem uma definição por parte da administração da PGR. Para que isso aconteça, a direção do Sindicato já solicitou audiência com o novo procurador-geral Antônio Fernando.

O diretor do Sindjus, Valdir Nunes Ferreira, juntamente com representantes da ASMPF, participou de uma reunião com o novo secretário-geral do MPF, Carlos Frederico Santos, nessa segunda-feira, dia 4. Eles conversaram sobre o PCS, o concurso de remoção, o ponto eletrônico, o reajuste dos auxílios creche e alimentação, a jornada de trabalho e o pagamento do retroativo dos quintos. O novo secretário mostrou-se receptivo e aberto ao diálogo que, na opinião dele, "está apenas começando".



Dirigente do Sindjus (à direita) leva uma série de reivindicações ao secretário-geral do MPF

Crédito: arquivo ASMPF

## Prêmio Novas Idéias coloca R\$ 95 mil em jogo

**E**ncontram-se abertas as inscrições para o primeiro Prêmio novas Idéias para a Justiça. Elas começaram no dia 30 de junho e vão até 30 de setembro. Os trabalhos podem ser inscritos via internet ou no próprio sindicato. Podem disputar os R\$ 95 mil em prêmios, os Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público, em todo o território nacional; e os usuá-

rios, advogados, estudantes e interessados por meio da categoria Livre.

O objetivo do concurso é descobrir novas formas de fazer justiça, sugerir aperfeiçoamentos e induzir mudanças que levem à melhoria do funcionamento da administração pública. Pretende também identificar e prestigiar novas idéias que contribuam para a qualidade, agilidade e eficiência da justiça.

## Congresso promulga PEC paralela

*A PEC entra em vigor com efeitos retroativos à data de vigência da Emenda Constitucional nº 41, de 2003*

A proposta de emenda à Constituição 77-A/03, que restitui alguns benefícios retirados pela reforma da Previdência promovida em 2003, mais conhecida como PEC paralela, vai ser promulgada esta semana pelo Congresso Nacional.

A promulgação da PEC paralela, que restitui alguns direitos, é uma vitória do movimento sindical, inclusive dos servidores do Judiciário e do MPU, que se opôs à reforma da Previdência em 2003, com greves, passeatas e muita pressão no Congresso Nacional.

O texto aprovado estabelece uma nova transição, voltada para os servidores que ingressaram muito cedo no serviço público. Pela regra, os servidores da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios admitidos até 16 de dezembro de 1998 podem se aposentar com proventos integrais em idade mínima resultante da redução de um ano para cada ano que exceder os 35 anos normalmente exigidos de contribuição, para homens, ou 30, para as mulheres. Para isto, deverão ter 25 anos de exercício no serviço público, 15 anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria.

A proposta estabelece também a paridade para os servidores aposentados segundo os critérios da Emenda Constitucional 41/03, que incluem idade mínima de 60 e 55 anos e tempo de contribuição de 35 e 30 anos, respectivamente para homens e mu-

lheres, além de 20 anos de serviço público, dez anos de carreira e cinco anos no cargo. Com isto, seus proventos passarão a ser reajustados na mesma proporção e na mesma data dos servidores na ativa. Da mesma forma, determina-se a paridade para as aposentadorias concedidas com base na nova regra de transição da PEC Paralela.

Os portadores de doenças consideradas incapacitantes são igualmente beneficiados. A contribuição dos aposentados, estabelecida na reforma da Previdência de 2003, será limitada, neste caso, à parcela dos proventos que superar o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência. As contribuições sociais para financiamento da Seguridade poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

Ainda de acordo com o texto aprovado, uma futura lei poderá regulamentar sistema especial de inclusão previdenciária. Este sistema atenderia aos trabalhadores de baixa renda e aos que, sem renda própria, se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo.

## Um Palio zero continua a sua espera

Lembre que você pode ganhar um Fiat zero Km. Basta participar da campanha de filiação ao Sindjus. O sorteio do carro será em agosto. Para ser um forte concorrente, é preciso filiar o maior número de colegas. É que a cada nova filiação, o filiado tem direito a três novos números para concorrer ao Fiat Palio. E o novo sindicalizado também lucra, pois ganha um número para disputar o zerinho em folha. Com a campanha salarial todos lucram. O Sindjus fica mais forte, mais representativo e com maior respaldo para falar em nome da categoria. Então! Participe.

